

## **AGENDA SEMANAL DOS PODERES #28**

Semana de 17 a 21 de Agosto

### **Executivo**

A equipe econômica deverá debater com líderes da base de apoio no Senado a unificação das PECs 186/2019, Plano Emergencial, e 188/2019, Pacto Federativo, de modo a dar celeridade à regulamentação da regra de ouro.

### **Legislativo**

**Congresso Nacional**, o Plenário poderá apreciar uma série de vetos, cabendo destacar os que versam sobre: o auxílio financeiro aos estados (e congelamento de salário dos servidores); e a ampliação do auxílio emergencial; o pacote anticrime. Por sua vez, a Comissão Mista da Reforma Tributária promoverá audiência pública com o Presidente da Academia Brasileira de Ciências, Sr. Luiz Davidovich e o Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Sr. Ildeu de Castro.

**Câmara dos Deputados**, os parlamentares poderão apreciar o projeto que cria o TRF da 6ª Região; bem como os que versam sobre a Lei de Recuperação de Empresas e Falência e sobre a Estratégia para o Retorno às Aulas.

**Senado Federal**, o Plenário poderá votar projeto sobre o pagamento de precatórios; sobre a suspensão de metas para hospitais filantrópicos; e a localidade para pagamento de ISS na prestação de serviços do cartão de crédito e plano de saúde.

### **Poder Judiciário**

O Plenário do STF poderá julgar Recurso Extraordinário que dispõe acerca do papel do Poder Judiciário na concretização do direito à revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos diante

do reconhecimento da mora do Poder Executivo; e a ADPF que versa sobre a legalidade de ato do Ministério da Justiça de promover investigação contra servidores públicos identificados como integrantes do 'movimento antifascismo' e professores universitários.

### **Cenário Socioeconômico**

O IBGE divulgará os dados da pesquisa sobre o impacto da COVID 19 nas empresas, bem como sobre os impactos da pandemia da COVID-19 no mercado de trabalho brasileiro, referente ao mês de julho. Além disso a CNI divulgará pesquisa sobre os impactos da pandemia sobre a atividade industrial.

### **Destques**

Congresso Nacional - Quarta (19) às 10h, 16h e 19h: Destinada à deliberação dos **Vetos nºs 56/2019 e 11 a 28 de 2020** e dos **Projetos de Lei do Congresso Nacional nºs 11, 23 e 22 de 2020**. Destacamos o **Veto 56/2019** (Pacote Anticrime) e o **Veto 17/2020** (Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus).quando estes forem praticados por ocasião de calamidade pública.

Plenário Câmara - **PL 1485/20**: altera o Código Penal para duplicar as penas de crimes contra a administração pública quando estes forem praticados por ocasião de calamidade pública.

Plenário Senado - **PL 1581/20**: Acordo direto para pagamento com desconto ou parcelado de precatórios federais.



**PAUTA DE PLENÁRIOS**

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Item	Proposição	Autor	Descrição	Relator	Parecer	Tramitação
-	REQ Urgência	Líderes	Requer, nos termos do artigo 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, regime de urgência para a apreciação do <u>PL 3.067/2020</u> , do Sr. Vermelho, que altera a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, para dispor sobre a execução da Política Nacional de Turismo durante o exercício de 2020, no âmbito da emergência de saúde pública de importância internacional relacionada ao Coronavírus (Covid-19).	-	-	<b>Plenário</b>
-	REQ Urgência	Líderes	Requer, nos termos do artigo 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, regime de urgência para a apreciação do <u>Mensagem nº 409, de 2019</u> , do Poder Executivo, que trata da decisão Ministerial sobre Competição nas Exportações (WT/MIN(15)/45*WT/L/980), acordada pelos estados membros na 10ª Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC), em 19 de dezembro de 2015, na cidade de Nairóbi.	-	-	<b>Plenário</b>
-	<u>MPV 958/2020</u>	Poder Executivo	Estabelece normas para a facilitação do acesso ao crédito e mitigação dos impactos econômicos decorrentes da pandemia de coronavírus (covid-19).	Deputado Rubens Bueno (CID./PR)	<u>Favorável na forma do PLV</u>	<b>Plenário</b>
-	<u>MPV 959/2020</u>	Poder Executivo	Estabelece a operacionalização do pagamento do Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda e do benefício emergencial mensal de que trata a Medida Provisória nº 936, de 1º de abril de 2020, e prorroga a <i>vacatio legis</i> da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, que estabelece a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD.	Deputado Damião Feliciano (PDT/PB)	<u>Favorável na forma do PLV</u>	<b>Plenário</b>
-	<u>PL 3364/2020</u>	Deputado Fabio Schiochet (PSL/SC)	Institui o Regime Especial de Emergência para o Transporte Coletivo Urbano e Metropolitano de Passageiros - Remetup, baseado na redução de tributos incidentes sobre esses serviços e sobre os insumos neles empregados, com o objetivo de proteger o setor das graves consequências econômicas oriundas das paralisações parciais ou totais de serviços de transportes públicos durante a pandemia de Covid-19 e reduzir os prejuízos aos usuários.	Deputado Hildo Rocha (MDB/MA)	<u>Favorável com substitutivo</u>	<b>CVT, CSSF, CME, CFT, CDU, CCJC, Plenário</b>
-	<u>PL 6229/2005</u>	Deputado Medeiros (PL/SP)	Altera o § 7º do art. 6º da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, que "Regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária", para submeter todos os créditos tributários à recuperação judicial.	Deputado Hugo Leal (PSD/RJ)	<u>Favorável com substitutivo</u>	<b>CESP, Plenário</b>



# FENAPEF

FEDERAÇÃO NACIONAL  
DOS POLICIAIS FEDERAIS

-	<u>PL 1485/2020</u>	Deputada Adriana Ventura (NOVO/SP) e outros	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal Brasileiro) para duplicar as penas de crimes contra a administração pública quando estes forem praticados por ocasião de calamidade pública.	Deputada Greyce Elias (AVANTE/MG)	<u>Favorável com substitutivo</u>	CTASP, CCJC, Plenário
-	<u>PL 5919/2019</u>	Superior Tribunal de Justiça	Dispõe sobre a criação do Tribunal Regional Federal da 6ª Região e dá outras providências.	Deputado Fábio Ramalho (MDB/MG)	<u>Favorável com substitutivo</u>	CTASP, CFT, CCJC, Plenário
-	<u>Substitutivo do Senado - PL 2824/2020</u>	Deputado Felipe Carreras (PSB/PE) e outros	dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor esportivo, enquanto as medidas de isolamento ou quarentena estiverem vigentes, de acordo com a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.	Deputado Alexandre Frota (PSDB/SP)	-	CESPO, CTASP, CSSF, CFT, CCJC, Plenário
-	<u>PL 2306/2020</u>	Deputadas Luisa Canziani (PTB/PR) e Bruna Furlan (PSDB/SP)	Estabelece incentivo fiscal em favor das empresas que firmarem parceria com universidades e institutos de ensino superior ou de pesquisa, para o desenvolvimento de projetos relativos ao COVID-19.	Deputado Pedro Cunha Lima (PSDB/PB)	<u>Favorável com substitutivo</u>	CSSF, CFT, CE, CDEICS, CCTCI, CCJC, Plenário
-	<u>PL 1622/2020</u>	Deputada Carmen Zanotto (CIDADANIA/SC) e outros	Altera a Lei 13.979 de 2020, para dispor sobre a obrigatoriedade da notificação compulsória e imediata dos diagnósticos de casos de síndrome respiratória aguda assim como dos casos suspeitos e confirmados da COVID-19.	Deputado Aliel Machado (PSB/PR)	<u>Favorável com substitutivo</u>	CSSF, CTASP, Plenário
-	<u>PL 2949/2020</u>	Deputado Idilvan Alencar (PDT/CE) e outros	Dispõe sobre a Estratégia para o Retorno às Aulas no âmbito do enfrentamento da pandemia do coronavírus (Covid-19).	Deputada Professora Dorinha Rezende (DEM/TO)	<u>Favorável com substitutivo</u>	CE, CSSF, CCJC, Plenário
-	<u>PL 4749/2016</u>	Deputados Rosângela Gomes (REP./RJ) e Roberto Alves (REP./SP)	Tipifica a conduta do parente da vítima, consanguíneo ou por afinidade, do médico, da autoridade religiosa, do professor ou do responsável por estabelecimento de atenção à saúde e de ensino que deixa de comunicar à autoridade competente os casos de que tenha conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de maus-tratos ou de abuso sexual contra criança ou adolescente, além de exacerbar a punição desses delitos caso praticados no âmbito de instituição de saúde, religiosa, educacional, de assistência social ou recreativa, públicas ou privadas.	Deputado Julian Lemos (PSL/PB)	-	CSSF, CCJC, Plenário

//

## SENADO FEDERAL

Item	Proposição	Autor	Descrição	Relator	Parecer	Tramitação
-	<u>PL</u>	Câmara dos Deputados	Prorroga até 30 de setembro de 2020 a suspensão da obrigatoriedade da manutenção das metas	Senadora Eliziane Gama	-	Plenário



**FENAPEF**  
FEDERAÇÃO NACIONAL  
DOS POLICIAIS FEDERAIS

	<u>3058/2020</u>	Pedro Westphalen (PP/RS)	quantitativas e qualitativas contratualizadas pelos prestadores de serviço de saúde, de qualquer natureza, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), estabelecida na Lei nº 13.992, de 22 de abril de 2020; e dá outras providências.	(CID./MA)		
-	<u>PL 3267/2019</u>	Poder Executivo	Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro).	Senador Ciro Nogueira (PP/PI)	-	<b>Plenário</b>
-	<u>PL 1581/2020</u>	Câmara dos Deputados – Marcelo Ramos (PL/AM)	Disciplina o acordo com credores para pagamento com desconto de precatórios federais e o acordo terminativo de litígio contra a Fazenda Pública e dispõe sobre a destinação dos recursos deles oriundos para o combate à Covid-19, durante a vigência do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020; e altera as Leis nºs 7.689, de 15 de dezembro de 1988, e 8.212, de 24 de julho de 1991.	Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL)	-	<b>Plenário</b>
-	<u>Substitutivo da Câmara PLP 170/2020</u>	Ex-Senador Cidinho Santos (PL/MT)	Dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), de competência dos Municípios e do Distrito Federal, incidente sobre os serviços previstos nos subitens 4.22, 4.23, 5.09, 15.01 e 15.09 da lista de serviços anexa à Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003; institui o Comitê Gestor das Obrigações Acessórias do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (CGOA); e altera a referida Lei Complementar.	-	-	<b>Plenário</b>
-	<u>PEC 26/2020</u>	Câmara dos Deputados – Raquel Muniz (PSC/MG)	Altera a Constituição Federal para estabelecer critérios de distribuição da cota municipal do Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), para disciplinar a disponibilização de dados contábeis pelos entes federados, para tratar do planejamento na ordem social e para dispor sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb); altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; e dá outras providências (PEC do FUNDEB).	Senador Flávio Arns (REDE/PR)	<u>Favorável</u>	<b>Plenário</b>

//

### CONGRESSO NACIONAL | Dia 19, 10h00, 16h00 e 19h00

Sessão conjunta remota do Congresso nacional para deliberação dos PLNs 11, 22 e 23 e dos vetos:

- ❖ **Veto 56/2019: Pacote anticrime;**
- ❖ Veto 11/2020: Trecho rodoviário;
- ❖ Veto 12/2020: Prorrogação de contratos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;
- ❖ Veto 13/2020: Mudanças no auxílio emergencial;
- ❖ Veto 14/2020: Lei do PRONAMPE;
- ❖ Veto 15/2020: Criação da Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo;
- ❖ Veto 16/2020: Transferência de terras pertencente à União aos estados de Roraima e do Amapá;
- ❖ **Veto 17/2020: Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus;**
- ❖ Veto 18/2020: Prazo para autorização de medicamentos pela Anvisa;
- ❖ Veto 19/2020: Reservas monetárias;



Serviço prestado exclusivamente para Federação Nacional dos Policiais Federais – FENAPEF  
Desenvolvido pela Moreira & Gregório Consultoria Política.

Condomínio Privê Morada Sul, Conjunto 17, casa 03 – Lago Sul – (61) 98126-3938  
Rua da República nº 202, Centro Comercial Foz Center, loja 08, Figueira da Foz – Distrito de Coimbra – Portugal – (+351) 91385-7955



# FENAPEF

FEDERAÇÃO NACIONAL  
DOS POLICIAIS FEDERAIS

- ❖ Veto 20/2020: Regime Jurídico Emergencial e Transitório das relações jurídicas de Direito Privado durante a pandemia;
  - ❖ Veto 21/2020: Gestão e alienação dos imóveis da União;
  - ❖ Veto 22/2020: Ações emergenciais destinadas ao setor cultural;
  - ❖ Veto 23/2020: Auxílio financeiro pela União às Instituição de Longa Permanência para Idosos;
  - ❖ Veto 24/2020: Suspensão de novas inscrições nos cadastros de empresas de análises e informações para decisões de crédito;
  - ❖ Veto 25/2020: Obrigatoriedade do uso de máscaras;
  - ❖ Veto 26/2020: Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda;
  - ❖ Veto 27/2020: Prevenção do contágio e disseminação de covid-19 nos territórios indígenas; e
  - ❖ Veto 28/2020: Suspensão do FIES.
- 



MOREIRA &  
GREGÓRIO  
CONSULTORIA  
POLÍTICA

Serviço prestado exclusivamente para Federação Nacional dos Policiais Federais – FENAPEF  
Desenvolvido pela Moreira & Gregório Consultoria Política.

Condomínio Privê Morada Sul, Conjunto 17, casa 03 – Lago Sul – (61) 98126-3938  
Rua da República nº 202, Centro Comercial Foz Center, loja 08, Figueira da Foz – Distrito de Coimbra – Portugal – (+351) 91385-7955